



SITE EDITOR DE ARTIGOS E MONOGRAFIAS: WEBARTIGOS.COM

O ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL E SUA CORRELAÇÃO COM A O LIVRO DIDÁTICO

Ana Carolina Portela Parente

Resumo

Compreender a forma pela qual o ensino de geografia foi adotado no território brasileiro, nos mostra ser preciso indagar a respeito de como este ensino se desenvolveu no país. Este sempre ancorado em ideologias políticas e descrições espaciais dispostas nos livros didáticos através do método tradicional, que em nada oferecia em reflexão crítica a respeito dos problemas sociais. Uma educação voltada para a alienação/dominação do pensamento da população, cujo objetivo estava em impedir que os cidadãos tomassem consciência dos descasos feitos pelo governo na sociedade e com isso reivindicasse por transformações. Devido a isto, a população foi imposta um ensino autoritário e opressor, que nada tem a contribuir com uma formação de qualidade tanto defendida pelos detentores do poder. Porém, essa forma de ensino imposta pelo Estado começou a ser repensada após a Segunda Guerra Mundial, quando se percebeu que os métodos de ensino adotados na época não serviam mais de explicação para a realidade dos fatos.

Palavras chaves: Ensino de Geografia, Livros Didáticos e Método Tradicional

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo se propõe a fazer um resgate histórico sobre o desenvolvimento do ensino da disciplina de geografia no Brasil. Quando se percebeu que a ciência geográfica teve seu nascimento no país com a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) no ano de 1838 e da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro (SGRJ) em 1883.

Porém a implantação de cursos superiores ocorreu somente na década de 1930, contribuindo no avanço de pesquisa na área e para a unificação da ciência através do Departamento de Geografia pela Faculdade de Filosofia. O fortalecimento do curso dentro do país ofereceu abertura para realização de palestras, ministradas por professores nortes americanos e europeus.

Inicialmente os estudos na área da geografia receberam forte influência do método positivista, com argumento tradicionalista, de caráter descritivo e objetivo, método defendido pela escola francesa de Paul Vidal de La Blach. Esse método foi adotado no Brasil, devido o argumento neutralizador contido neste, logo que a intenção do estado era neutralizar todas as informações contrárias aos seus interesses.

Esse ensino tradicionalista imposto pelo poder ditatorial pode-se considerar como autoritário e opressor, em virtude de privilegiar apenas a descrição do espaço, sem sequer fazer menção a respeito dos conflitos vivenciados em sociedade.

No entanto, embora seja interesse do governo manter seus antigos mecanismos de ensino, a partir do pós-guerra de 1945, esse sistema educacional começou a declinar. Pois o método descritivo não mais servia para explicar a realidade dos fatos ocorridos, logo que o momento mostrava a necessidade de reflexão crítica, para melhor compreensão sobre a realidade vivenciada.

Neste período também as disciplinas de geografia e história quase foram substituídas pela nova corrente de estudos sociais trazidos dos Estados Unidos por Anízio Teixeira. Porém, a falta de estudos bibliográficos na área, fez com que continuássemos com os estudos das disciplinas de geografia e história.

As transformações pelas quais vem passando a ciência geográfica fizeram com que ocorresse uma divisão de ideais, assim falando, tendo em vista as duas frentes de estudiosos que surgiram. De um lado, aqueles que preferiram permanecer com as antigas metodologias e do outro, os estudiosos que se posicionaram a favor dos novos paradigmas, que começaram a se difundir entre as décadas de 1950/1960.

Mas, as discussões sobre o ensino de geografia tiveram maior destaque no ano de 1978, quando os meios educacionais começaram a receber abertura política. Contribuindo para adoção de uma nova frente metodológica de ensino, comumente conhecido como Geografia Crítica, fortemente representada pelo método quantitativo, baseado no Materialismo Histórico e dialético, que tem como propósito levar o aluno a desenvolver sua criticidade.

Essa discussão sobre a abordagem metodológica dos conteúdos de geografia no livro didático, muito embora já tenha alcançado certo respaldo, ainda é tema de bastante repercussão, pois que ainda se faz necessário uma maior de abordagem de certos temas pelo livro didático.

Após discutir sobre o desenvolvimento do ensino de geografia dentro do país, será discutido em seguida a respeito do livro didático e sua importância no processo de ensino aprendizagem. Uma discussão importante para podermos entender o fundamental papel deste no ensino/aprendizagem.

O livro didático originado no século XVIII, com maior ascensão no século XIX e institucionalizado no Brasil em 1937, foi e continua sendo utilizado como ferramenta para impor a população os ideais políticos, ofertando um ensino alienante e opressor tornando os cidadãos serem desinformado sobre os desmandos governamentais.

Desta maneira, podemos dizer que a educação dos tempos passados esteve ancorada nas bases jesuíticas, com uma educação da dominação, onde o aluno somente deveria ouvir; memorizar; sem contestar. Um sistema educacional dominante que de certa forma continua a ser utilizado no meio educacional dos dias atuais. Uma vez que em nossos livros didáticos pouco se

apresenta em discussões reflexiva construtivas sobre os reais problemas sociais e muito se aborda sobre a descrição espacial.

Uma educação intimamente relacionada com o método mnemônico, onde ao aluno cabe estudar a descrição do espaço e a memorização do conteúdo ensinado para conseguir ser aprovado nos exames classificatórios. Estando de acordo com os interesses do governo, que desde o rompimento de sua relação com a igreja anos atrás, vem fiscalizando os conteúdos abordados no livro didático, na garantia que aos discentes somente será ensinado o conhecimento que mais se adequara a seus interesses políticos.

Desta maneira alienante, é instaurada a educação do Estado, com base na nacionalidade, na segurança e na ordem de interesses. Passando o Estado a enviar aos autores e editores de livros didáticos mensagens de cunho ideológico, com o propósito de manipular a mente da população.

A ciência geográfica vem a, bastante tempo, tentando acabar com esse controle estatal sobre a educação, esta, totalmente distante do conhecimento empírico. Conhecimento adquirido pelos alunos através de sua vivência em sociedade e bastante defendido pela Geografia Crítica, esta, a qual os estudiosos da educação defendem que seja adotada no sistema educacional.

Para que assim, seja ofertado aos discentes um ensino mais condizente com suas realidades, levando a elaboração de livros didáticos com abordagem mais ampla sobre os conflitos sociais. A respeito dos quais os docentes, terão maior liberdade para discuti-los em sala de aula, contribuindo para que os discentes tenham uma melhor compreensão sobre os problemas sociais.

2. UM BREVE RESGATE SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL

A ciência geográfica nasceu tardiamente como ciência no final do século XVIII para início do século XIX. Segundo Martins (2003), a geografia se destacou no Brasil com a criação de duas instituições, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838 e a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro (SGRJ), em 1883.

Ainda de acordo com Martins (2003), os trabalhos em pesquisa acadêmica no Brasil, iniciaram com a implantação de cursos superiores na área em 1930, contribuindo ainda mais para ensino e pesquisa, como também no processo de unificação da ciência através da criação do Departamento de Geografia na década de 1940, através da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP). Tendo início o processo de realização de congressos em Geografia, palestrado por professores norte-americanos e europeus. Servindo tanto de contribuição para os estudos na área como também de influência para a implantação do curso nas outras universidades existentes no país.

Vale salientar que, os primeiros estudos geográficos no Brasil tinham a influência do método tradicional, argumento neutralizador como afirmado por Martins (2003, p. 03):

“Na época, a Escola Francesa de Vidal de La Blache teve forte influência no pensamento geográfico brasileiro, imprimindo um caráter de ciência não politizada, ancorado no argumento da neutralidade do discurso científico” (MARTINS, 2003, p. 03).

Quando se fala em neutralidade está fazendo referência ao método usado na ciência geográfica, conhecido como positivismo, método de ensino tradicionalista, devido ao seu caráter descritivo e objetivo, pois o importante era o conhecimento ser absorvido pelo aluno, sem necessária reflexão crítica a respeito do assunto.

Esse ensino tradicionalista recebeu influência no Brasil da escola francesa Lablachiana, se resumindo em descrição/memorização do quadro natural, econômico, populacional, sem nenhuma análise sobre as questões sócio-

políticas. Uma vez que a intenção do estado era manter a população desinformada sobre os desmandos políticos, evitando que estes reivindicassem seus direitos. Para isto, era necessário ofertar uma educação com bases patriotistas¹.

Sem fazer nenhum questionamento sobre as desigualdades, a desvalorização da cultura brasileira, a forma de organização sócio/política, formando cidadãos alienados. Um ensino distante da realidade dos alunos, fazendo referência segundo Lacoste (1993) apenas as características físicas do país.

Pois, o ensino ofertado nas escolas tinha o único papel, preparar os indivíduos para atuarem no mercado de trabalho. De acordo com Matias (2008), a Geografia estava ligada aos interesses políticos e econômicos do Estado/Nação.

Assim foi apresentada uma política educacional desproporcional, servindo apenas de sustentação para o sistema opressor, tirando proveito do poder para explorar os indivíduos com condições financeiras menos favoráveis.

Esse sistema educacional, opressor e autoritário, começou a mudar segundo Matias (2008) a partir do período pós-guerra de 1945, quando o método descritivo não explicava mais a realidade dos fatos ocorridos. Naquela época grande risco sofreu a Geografia, quando foi quase substituída pela nova corrente de Estudos Sociais², trazida por Anísio Teixeira dos Estados Unidos em 1930.

NOTA

1 O ensino com bases patriotistas tem como propósito realçar as qualidades naturais do Estado, para despertar no aluno a admiração pelo seu país, em detrimento da reflexão dos problemas existentes na sociedade.

2 Os Estudos Sociais foram criados nos EUA, como propósito de adaptar a sociedade ao período pós-guerra de 1929. Esta foi trazida para o Brasil por Anísio Teixeira em 1930, com o objetivo de substituir a Geografia e História. No caso da Geografia, a metodologia trabalhada na época, não servia de contribuição para um desenvolvimento educacional crítico do aluno.

Segundo Quintão e Albuquerque (2009), o propósito inicial de Anísio Teixeira era substituir a Geografia e a História, porém, como não detinha de metodologia própria, devido à falta de estudos na área, continuamos com as disciplinas de Geografia e História.

As transformações ocorridas com a ciência geográfica deste período em diante, fizeram surgir duas frentes de estudiosos na área, aqueles que decidiram permanecer nas antigas metodologias de ensino e os que procuravam se adaptarem aos novos paradigmas³. Que começaram a se difundir a partir dos anos de 1950/1960, através das realizações de colóquios, congressos, intercâmbio de professores, difundindo-a internacionalmente.

De acordo com Matias (2008), essa nova corrente metodológica da Geografia começou a se destacar na década de 1960 quando as teorias marxistas sobre trabalho, sociedade, natureza, apropriação dos lugares e territórios ganham destaque na Geografia pelo caráter de denúncia e lutas sociais. Pois não bastava mais descrever, era preciso transformá-lo. A proposta era oferecer explicação sobre a produção espacial visando contemplar as relações sociais, meios, modos, forças, formação social e desigualdades.

Em virtude disto, o método mais favorável a ser utilizado seria o Materialismo Histórico e Dialético. Porém, dependerá do professor e de acordo com a teoria por ele trabalhada escolher qual método lhe convém mais eficaz.

Assim, as discussões sobre a metodologia conquistaram, maior destaque a partir de 1978, quando os debates internos pela reformulação do ensino foram estimulados pelos meios educacionais, que começaram a receber abertura política.

³ Os paradigmas são as metodologias que estavam em discussão na sociedade geográficas. Essas tinham como objetivo encontrar caminhos para a superação do ensino tradicionalista/alienante para um ensino que auxiliasse na compreensão dos problemas e das transformações ocorridas na sociedade.

Nessa nova frente de discussões sobre o ensino da disciplina de Geografia, à ciência geográfica iniciou o processo de adoção de uma nova metodologia de ensino, comumente conhecida por Geografia Crítica, fortemente representada pelo método quantitativo, como afirma Matias (2008, p.02):

“Fundamento baseado no materialismo histórico que permite ao aluno e aluna organizar o pensamento, desenvolver a criticidade para a transformação social, através da organização de uma imagem caótica para uma estrutura bem organizada do espaço geográfico.” (MATIAS, 2008, p.02)

Neste sentido, ofertando aos discentes uma formação crítica, que os levem a analisar a sociedade com seus problemas sócio-políticos. Para assim, poderem reivindicar por transformações. Pelo estabelecimento de leis que garantam seus direitos, leis que criadas sejam postas em prática, caso não bastante comum no regime social da atualidade, pois numa sociedade classista não é fácil informar aos alunos sobre a sociedade existente e que deveria existir.

Assim sendo, o método mais propício a ser utilizado, como já afirmado anteriormente seria o Materialismo Histórico e Dialético⁴. Levando a elaboração de novas produções materiais pelos docentes acadêmicos, ganhando estas maiores liberdades nas produções em Geografia Crítica. Passando a Geografia a ser reconhecida como campo das Ciências Humanas.

Depois dessa discussão sobre o desenvolvimento do ensino de Geografia no meio educacional brasileiro, deve analisar-se-á o livro didático, peça fundamental no ensino/aprendizagem em Geografia.

⁴O Materialismo Histórico e Dialético é um método de cunho marxista, que tem por objetivo buscar compreender, o processo de desenvolvimento histórico das relações sociais dos seres humanos em sociedade, a partir das condições materiais pelas quais sobrevivem.

2.1. O Livro Didático E O Ensino De Geografia

O livro didático segundo NABARRO (2009) teve origem no século XVIII, com o objetivo de manter o “status quo” da sociedade e do capitalismo, representando os interesses do estado, na transmissão de suas ideologias, exercendo forte influência na construção de conceitos sociais, posteriormente ensinados aos alunos.

Uma vez que o ensino do século XVIII tinha características do método Jesuítico⁵, suprimindo os direitos dos cidadãos com uma educação da dominação, onde estes eram ensinados as regras da obediência, na qual os cidadãos eram ensinados a ouvir sem contestar.

Sem contestação a essa forma de ensino, fortemente ancorado na base jesuítica, apresentado pelo livro didático pendurou por longo tempo, logo que os educandos não tinham conhecimento de seus direitos. Desse modo foi implantado na nação um sistema educacional alienante e opressor⁶.

Ancorado no método opressor e alienante, o livro didático ganhou maior ascensão no século XIX, como grande auxiliar no processo de ensino aprendizagem. Porém, resumindo o ensino em Geografia a reprodução do espaço físico.

5 Ordem religiosa fundada por Santo Inácio de Loyola (1491–1556), que veio para a Colônia Brasileira com o objetivo de catequizar os indígenas, sendo responsável também por educá-los, de acordo as ideologias de dominação.

6 Uma vez que a intenção do Estado era impor aos alunos uma educação que privilegiasse apenas a descrição física do espaço, sem fazer necessária uma reflexão crítica sobre este. Para que os indivíduos não viessem a intervir na administração pública, na qual os governantes usam em proveito próprio, quando na verdade deveriam usar em interesse coletivo. Subordinando a população a uma educação fajuta, servindo apenas conservar as doutrinas de poder absoluto do Estado, do qual os problemas sociais recebem pouca atenção.

Característico do método descritivo, do tradicional ensino mnemônico⁷, intimamente relacionado com a ação política de controlar o estado e os conteúdos ensinados.

Essa ação ditatorial teve origem segundo Nascimento (2011) com o rompimento da relação do Estado com a Igreja, gerado pelas contradições de pensamento, tendo por finalidade a fiscalização dos conteúdos do livro didático pelo Estado, com o intuito de manter neste, suas falsas 'verdades'⁸.

O livro didático foi institucionalizado somente no ano de 1937, após a criação do Instituto Nacional do Livro (INL).

Sobre o recorte citado acima, Nabarro (2009, p.14), complementa:

O livro didático nacional teve seu grande momento através de sua institucionalização em 1937 após a criação do INL (Instituto Nacional do Livro) que foi criado com o objetivo de elaborar as disciplinas constantes dos programas escolares e, conseqüentemente surgiu também a CNLD (Comissão Nacional do Livro Didático) que sua função e objetivo eram se encarregar de analisar e julgar os livros didáticos podendo até colocar sugestões. (NABARRO, 2009, p.14)

No Brasil, a elaboração do livro didático na década de 1930 ocorreu de acordo com as ementas e as leis constitucionais, porém os conteúdos oferecidos não eram adequados para serem ensinados. Tendo em vista que este não trazia em seu contexto, reflexões críticas sobre a sociedade, servindo somente de instrumento para as divulgações de ideologias capitalistas.

7 Técnica de ensino, adotada com a finalidade desenvolver a memória.

8 Ideologias capitalistas divulgadas através do livro didático, transmitindo uma concepção de desenvolvimento que não condiz com a realidade.

De acordo com Silva (2015), uma vez instaurado a educação do Estado, com base na nacionalidade, segurança e na ordem de interesses, passando a enviar aos autores e editores mensagens de cunho político-ideológicas, com o propósito de manipular o pensamento dos indivíduos. Introduzindo, assim, oficialmente na sociedade brasileira o controle ideológico e protegendo os interesses da burguesia capitalista.

Sendo assim, instalando definitivamente a lógica do capital sobre a sociedade brasileira, devendo a população adequar-se às novas regras do sistema, do qual se caracteriza pelo avanço das multinacionais sobre os mercados nacionais e desde então do consumismo descontrolado.

Em vista da lógica capitalista, era necessária a elaboração de produções científicas de livros didáticos que tratasse do assunto, objetivando deixar os indivíduos informados a respeito do suposto desenvolvimento sócio/econômico. Porém, sem sequer mencionar as consequências deste para a parcela populacional menos favorecida. A ciência geográfica vem a, bastante tempo, tentando pôr fim a esse controle estatal, através da batalha traçada pela transformação do ensino ofertado no contexto escolar, este sem relação com o conhecimento empírico, fator indispensável no ensino/aprendizagem.

A intenção é estabelecer a tese da Geografia Crítica que tem como objetivo fazer uma crítica à metodologia de ensino adotada no sistema educacional e apontar caminhos para a sua superação.

Vesentini (2008, p. 14), relata:

“Trata-se de uma geografia que concebe o espaço geográfico como espaço social, construído, pleno de lutas e conflitos sociais. Ele critica a geografia moderna no sentido dialético do termo crítica: superação com subsunção, e compreensão do papel histórico daquilo que é criticado.” (VESENTINI, 2008, p. 14).

Defendendo uma educação que valorize as experiências cotidianas do aluno, buscando, desta forma, despertar no aluno o interesse em participar das discussões alavancadas no decorrer das aulas para, em seguida, discutir os

problemas sociais, contribuindo para uma melhor compreensão sobre os temas estudados.

Essas novas concepções metodológicas tiveram início, como já discutido anteriormente, através das transformações ocorridas com a educação no pós-guerra em 1945, que segundo Spósito (2012) teve maior abertura no ano de 1978, época de redefinição dos paradigmas, resultado dos debates estimulados durante as reuniões da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), criada em São Paulo por Pierre Deffontaines em 1934, prolongadas pela União Paulista dos Estudantes de Geografia (UPEGE) e nos departamentos de formação em Geografia de diversas universidades.

Favorecidos segundo Martins (2003) pelos acordos feitos na Conferência Mundial sobre Educação, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, que teve pressão dos órgãos internacionais, tais como Unicef, UNESCO e do Banco Mundial, marco conhecido da “crise do ensino da Geografia”, época de reformulação de ideais.

A discussão sobre a qualidade da educação passou a fazer parte dos debates na sociedade brasileira a partir do pós-guerra de 1945. As discussões sobre a educação fizeram o Ministério da Educação (MEC) rever os conteúdos e materiais usados no ensino aprendizagem de nossos alunos, e investimentos na área, principalmente devido à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96). Além de buscar também oferecer uma formação mais adequada aos profissionais da educação. Para que estes possam oferecer uma reflexão crítica acerca dos assuntos apresentados de maneira resumida pelo livro didático. Como por exemplo, a reforma agrária, onde o livro faz uma abordagem superficial a respeito do assunto.

Essa abordagem superficial da questão agrária nos livros didáticos ocorre principalmente devido à carência em discussões sobre o conteúdo nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Estes abordam sobre a importância da discussão dos problemas sociais, mas em momento algum mencionam sobre a Reforma Agrária. Também não podemos esquecer-nos dos movimentos sociais, principais representantes nas lutas pela Reforma Agrária, mas que raramente são estudados na disciplina de Geografia. Talvez em função de a

Sociologia estudar esses movimentos, mas ao discutir a batalha traçada pelos camponeses pela a sonhada Reforma Agrária e o envolvimento do MST, torna-se imprescindível uma abordagem dos movimentos sociais nas aulas de Geografia e também no livro didático.

Mas, não é interesse do Estado que o livro didático discuta sobre a importância dos movimentos sociais para a camada menos favorecida da sociedade, considerando que isso seria desvantajoso para seus interesses. Assim sendo, o essencial para o Estado é apenas propiciar a descrição do espaço físico, com a prática do método mnemônico (memorização), ensino patriotista, muito cobrado por pais e escolas que querem ver seus filhos e alunos aprovados nos exames vestibulares (frequente principalmente nos colégios particulares). Pois como afirma MÉSZÁROS (2008) às empresas se apoderam, com o propósito de propagar nos livros escolares, conteúdos que apontem a importância de suas atividades para o suposto crescimento econômico, passando uma visão positiva do fato.

Contradizendo o afirmado anteriormente, no estudo da Geografia, explica que, devem-se construir junto dos alunos conceitos sociais que os levem a compreender a sociedade, evitando um paradoxo superficial. Isso somente é possível adentrando a vida dos discentes, buscando ajudá-los a compreender o processo de desenvolvimento do espaço no qual estão inseridos, contribuindo com a formação cidadã desses alunos.

Porém, é preciso esclarecer que a Geografia somente é capaz de contribuir com uma formação cidadã, com adequada atuação do docente. Tendo este profissional recebido formação apropriada, favorecendo o melhor desempenho da referida matéria, assim conhecida pelos alunos, proporcionando a esses um melhor aproveitamento do ensino em questão.

Vesentini (2008, p.15), acrescenta:

“E se o professor não raciocinar em termos de "ensinar algo", e sim de "contribuir para desenvolver potencialidades" do aluno, ele verá que o conhecimento também é poder, serve para dominar ou combater a dominação, e que o educando pode e deve tornar-se co-autor do saber (com estudos participativos do

meio, debates frequentes, textos e conteúdo adequados à realidade social e existencial dos alunos, etc.) ” (VESENTNI, 2008, p. 15).

Indo a dissabor com os interesses da bancada detentora e opressora “representadora” de nossos interesses, pois somente contradizendo aqueles ditos “representantes”, teremos a possibilidade de conquistarmos uma nação realmente justa e igualitária. Mas para que isto aconteça é preciso uma união de forças entre os profissionais de ensino e os movimentos sociais, como afirmam Quintão e Albuquerque (2009, p 06):

“É preciso estar cômico de que mesmo muitos professores atualmente alegarem ser “críticos”, estão ainda mergulhados em práticas “tradicionalistas” (QUINTÃO; ALBUQUERQUE, 2009, p. 06).

Portanto, somente com o envolvimento de todos na luta, se tem a possibilidade de alcançar a vitória, numa possível transformação do ensino. Na qual a sociedade seria a mais beneficiada, com uma formação mais adequada, sendo ofertada aos educandos. Indo além da descrição do espaço físico, mas também ensinando aos alunos a refletir sobre os conflitos sociais, citando, por exemplo, a questão agrária.

3. CONCLUSÃO

Com a elaboração do trabalho percebemos que os estudos em geografia sempre estiveram atrelados a uma concepção tradicionalista de ensino, implantada e monitorada pelo governo até os dias atuais. Uma forma de ensino a qual os profissionais da educação vêm lutando para que seja retirada do sistema educacional brasileiro.

O propósito dos estudiosos é que seja adotada uma nova metodologia de ensino, conhecida como Geografia Crítica, um ensino mais flexível, que permita aos autores e editores de livros didáticos terem maior autonomia sobre quais conteúdos devem ser abordados nos livros didáticos.

A questão metodológica utilizada nos livros didáticos e nas aulas de geografia tem sido tema de muitas discussões ao longo anos, permeando meados da segunda guerra mundial, quando se percebeu que os métodos de ensino da época já não serviriam mais como metodologia, em vista destes não contribuírem com explicações sobre os acontecimentos. Mas, foi exatamente na segunda metade do século XX que os meios educacionais receberam abertura para repensar o futuro da educação no país.

As discussões sobre a educação fizeram o Ministério da Educação (MEC), rever os conteúdos, materiais, formação de professores e ainda investimentos na área, ocorrendo principalmente depois da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96).

Uma mudança de paradigma na educação fazia e ainda se faz necessário, para que os professores consigam maior autonomia para poder refletir criticamente a respeito de assuntos como a reforma agrária e os movimentos sociais. Assuntos que apesar das mudanças ocorridas no decorrer do tempo, ainda são abordados de modo resumido pelos livros didáticos. E cabem a todos envolvidos na educação, tanto professores, gestores, como também a parcela da população esclarecida, reivindicar por uma abordagem mais ampla a estes e outros conceitos necessários ao adequado ensino/aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LACOSTE, Yves. **A Geografia - Isso Serve, em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra.** São Paulo: Papirus, 1993.

MARTINS, Rosa Elizabete Militz Wypczynski. **O ENSINO DA GEOGRAFIA EM QUESTÃO: UM OLHAR SOBRE O ENSINO MÉDIO.** Ijuí: UPF, 2003.

MATIAS, Vandeir Robson da Silva. **ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA DA GEOGRAFIA ESCOLAR E COTIDIANA: elementos importantes no processo de ensino e aprendizagem.** Uberlândia: Caminhos de Geografia, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boi tempo, 2008.

NABARRO, Sérgio Aparecido; TSUKAMOTO, Ruth Youko. **Questão Agrária e o Livro Didático de Geografia: Uma análise do conteúdo apresentado nos livros didáticos adotados pelas escolas de ensino fundamental da rede pública de Londrina/PR.** São Paulo, 2009.

PASSOS, Gilliard dos Santos. NASCIMENTO, Samira de Jesus. REIS, Daniele dos Santos. **O Ensino de Geografia e o Livro Didático como Instrumento no Processo Educacional.** Itabaiana: UFS, 2011.

QUINTÃO, Altemar de Figueiredo Bustorff. ALBUQUERQUE, Maria Adailza M. **DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL.** Porto Alegre: UFPB, 2009.

SILVA, Lidiane Carvalho Da. **A QUESTÃO AGRÁRIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: um estudo de caso na escola de EFEM Ministro Jarbas Passarinho.** Sobral: UVA, 2015.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E OS REFERENCIAIS DE ANÁLISE.** São Paulo: USP, 2012.

VESENTINI, Jose William. **PARA UMA GEOGRAFIA CRÍTICA NA ESCOLA.** São Paulo: Editora do Autor, 2008.